

jornal fêmea



Centro Feminista de Estudos e Assessoria • Ano XV • Nº 174 • Brasília/DF • Janeiro – Julho • 2013
SCS Quadra 02, Bloco C, Sala 602 • Ed. Goiás • CEP 70317-900 • Brasília/DF



Estado laico já!

Nessa edição, trazemos análises diversas sobre o crescimento da influência política do fundamentalismo religioso, no Brasil. Querem controlar os direitos, as vozes, os corpos e os desejos das mulheres. Mas nós dizemos chega!

Os fundamentalistas não nos representam!

Por Guacira César de Oliveira*

A denúncia contra a ofensiva fundamentalista religiosa ganhou a arena pública e muitos caminhos do ciberespaço, antes mesmo que as ruas do nosso país ficassem lotadas de toda sorte de gente indignada. *Feliciano não me representa! O amor não tem cura! Contra a Bolsa Estupro! Contra o Estatuto do Nascituro! Pelo Estado Laico! Por liberdade religiosa! Aborto legal e seguro!*

Todas estas palavras de desordem vêm denunciando a retração de muitos partidos políticos e a conseqüente aversão ao Parlamento e aos governos, frente à legítima e justa exigência de garantias para os direitos sexuais e reprodutivos.

Os enormes blocos político-partidários formados para governar as cidades, os estados e o país, desde que reuniram grupos de todos os matizes políticos e ideológicos para ganhar e se manter no poder, tornaram-se incapazes de combater o fundamentalismo religioso e defender a liberdade religiosa. Afinal, os chefes destas igrejas passaram a ser parte importante destes blocos, não importando para eles se quem está à frente aqui é um líder do PSDB, ali um líder do PT, acolá do PV... Em pelo menos 15 partidos que têm representação no Congresso Nacional, essa vertente conservadora e fundamentalista está entranhada, como mostra o mapa do fundamentalismo, que apresentamos nas próximas páginas.

Tais blocos já não têm razão para combater a corrosão do princípio laico que deveria fundamentar a garantia de direitos e a prestação de serviços públicos. Isto porque os “acordos para a governabilidade” incluem repassar recursos vultosos dos orçamentos públicos para sustentação das organizações dos chefes dessas igrejas.

As alianças construídas entre muitos partidos (esperemos que não todos) e os chefes das igrejas são feitas com o sacrifício dos nossos direitos e dos serviços públicos que deveriam efetivá-los. Assim, o SUS tolera que muitos hospitais conveniados, como as Santas Casas de Misericórdia, se neguem a atender as mulheres vítimas de violência sexual quando elas decidem fazer aborto de feto resultante de estupro.

De acordo com pesquisa da ONG Católicas Pelo Direito de Decidir, 96% d@s brasileir@s não têm informação sobre a que serviços recorrer em caso de violência sexual. E, mesmo depois de o Congresso Nacional ter aprovado por unanimidade o PLC 03/2013 – que garante atendimento imediato no SUS e acesso à informação sobre os direitos legais às mulheres violentadas – o corpo das mulheres é mais uma vez usado como moeda de troca entre Governo e fundamentalistas religiosos, que pediram o veto do texto à presidenta.

As manifestações contra esta ordem fundamentalista sofrem retaliações violentas. Exemplos que comprovam essa afirmação não faltam, como revela o artigo de Tatiana Lionço, nessa edição.

Não por acaso, somos as mulheres, as feministas, que protagonizamos a luta contra o fundamentalismo religioso. Anos atrás, quando a Articulação Feminista MarcoSul lançou a campanha “Tua boca é fundamental contra os fundamentalismos”, denunciávamos como todas as expressões fundamentalistas almejam dominar, controlar, sujeitar violentamente as nossas sexualidades, as nossas subjetividades, as nossas vidas.

Vivemos uma crise profunda da representação política, de fato, uma crise institucional da democracia. A superação desta situação, no sentido de maior justiça e igualdade, passa necessariamente pela luta contra os fundamentalismos, pela defesa da laicidade do Estado e pela Reforma do Sistema Político, como parecem apontar, de forma ou outra, todos os textos dessa edição. Uma reforma que promova mudanças radicais na forma como o poder é exercido. Esta edição do **Jornal Fêmea** pretende ser uma contribuição modesta neste sentido. Esperamos que você tenha uma boa leitura!

**Guacira César de Oliveira é socióloga, integrante do Colegiado de Gestão do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e militante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e da Articulação Feminista Marcosul (AFM).*

Charge da capa: Latuff



SCS, Quadra 2, Bloco C, Sala 602, Ed. Goiás
CEP 70317-900 • Brasília-DF
Telefax: 55+(61) 3224-1791

Endereço eletrônico:
imprensa@CFEMEA.org.br
Site: <http://www.CFEMEA.org.br>

Conselho Deliberativo:
Eliana Graça, Gilda Cabral,
Iáris Ramalho Cortês e Zuleide Araújo.

Conselho Fiscal:
Ivônio Barros, Elaine Marinho Faria,
Eneida Vinhaes Dultra,
Mônica Ferreira Gaspar de Oliveira.

Colegiado de Gestão:
Guacira César de Oliveira, Mirla de Oliveira Maciel e Nina Madsen.

Demais integrantes da equipe:
Adriano Fernandez Cavalcante, Francisco Rodrigues,
Jolúzia Batista, Juliano Alessandro Lopes Barbosa, Kauara Rodrigues
Dias Ferreira, Leila Rebouças, Luana Natíelle Basílio, Masra Andrade,
Mel Bleil Gallo e Priscilla Caroline Brito.

Colaboradoras:
Bia Barbosa, Helena Martins, Jandira Queiroz,
Sandra Dughman, Tatiana Lionço, Yuri Puello Orozco

Jornalista Responsável:
Mel Bleil Gallo

Parcerias:
Fundação Heinrich Böll, Fundação Ford, ONU Mulheres.

Apoio: FLOW - Funding Leadership and Opportunities for Women
Dutch Development Cooperation Ministry of Foreign Affairs

Projeto gráfico: Faro Brasil

Diagramação: Ars Ventura Imagem & Comunicação

Impressão: Gráfica Brasil
Tiragem: 14.000 exemplares



Laicidade e liberdade de consciência: não nos renderemos ao discurso de ódio que nos atinge

Tatiana Lionço*

A eleição do Deputado Federal Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados revelou ao Brasil a urgência do debate amplo e coletivo sobre laicidade do Estado. O poder de pautar projetos de lei relacionados aos direitos humanos e sociais de minorias e de grupos vulneráveis à exclusão social e à precarização da vida passou às mãos de um parlamentar que, explicitamente, enuncia discursos de opressão moral envolvendo pessoas de cor negra e suas práticas tradicionais, bem como as mulheres e as pessoas homossexuais.

Exemplos de retrocessos decorrentes deste cenário político são a escolha pelas pautas de criminalização do que conservadores chamam de heterofobia e a proposta de interferência, via poder legislativo, na normativa do Conselho Federal de Psicologia que veta a patologização e cura das homossexualidades. Estas pautas estão na contramão do processo de democratização, visam o retrocesso de normas conquistadas para a superação de opressões e recrudescem a ordem moral hegemônica. Desconsideram o necessário reconhecimento da diversidade social no intuito de reificar a ordem patriarcal heteronormativa.

A laicidade do Estado já vinha sendo ressaltada por ativistas feministas nos últimos anos, sobretudo relacionada à descriminalização do aborto. No atual cenário, a laicidade passou a integrar a agenda de outros coletivos de mobilização de modo incisivo, como o movimento negro e dos povos de santo, LGBT e movimento estudantil. Esta diversidade de coletivos de mobilização se expressa na heterogeneidade dos participantes dos manifestos que ocorreram semanalmente em Brasília, bem como naqueles ocorridos em diferentes cidades do país e internacionalmente. A questão indígena e da posse e usufruto da terra também integra as preocupações e debates destes coletivos na defesa da laicidade.

O princípio da laicidade é fundamental por se articular à liberdade de consciência e de expressão. Sabemos que a liberdade de expressão é o principal argumento do ativismo “pro-família”. Alegam os conservadores de extrema direita e os fundamentalistas religiosos de

base neopentecostal que teriam o direito de expressarem seus valores depreciativos sobre aquelas pessoas que não reiteram os preceitos da moralidade patriarcal. A desqualificação moral e a associação dos diversos movimentos sociais à criminalidade têm sido os principais argumentos adotados por este movimento que se anuncia em defesa da vida e da família, apesar de que soa estridente aos nossos ouvidos o reducionismo de sua compreensão sobre a diversidade dos modos de vida e de laços familiares e sociais que de fato se constituem na sociedade brasileira.

Adotando estratégias discursivas bastante antagônicas às campanhas difamatórias que vêm sendo protagonizadas por parlamentares como Marco Feliciano e Jair Bolsonaro, os coletivos que reivindicam respeito à laicidade têm proposto campanhas de sensibilização pública para a diversidade social e moral, enunciadas em nossa Constituição Federal como valor a ser defendido e protegido pelo Estado. Exemplos desta reação coletiva são as campanhas de beijos para Feliciano nas redes sociais. De beijocas em Laerte Coutinho a beijos multicoloridos entre diferentes tons de pele e em múltiplos arranjos entre os sexos, a resposta laica é a da diversidade diante da clara intenção de imposição autoritária de um moralismo abusivo.

Nós, ativistas feministas, defensora/es de direitos humanos, parlamentares de esquerda que assumem as pautas de direitos humanos e direitos sexuais e reprodutivos e acadêmica/os laica/os estamos sofrendo difamações e calúnias em campanhas de ódio na internet. Nossa resposta a esta opressão moral e violência simbólica tem sido o debate contínuo, o exercício de nossa própria liberdade de consciência e de expressão, e a articulação entre diferentes coletivos em uma luta comum na construção de discursos e estratégias de reação jurídica que questionam, frontalmente, a desqualificação moral, uma estratégia discursiva ilegítima no processo democrático.

*Tatiana Lionço é doutora em Psicologia, docente de graduação e mestrado em Psicologia no UniCEUB. Ativista feminista e membro da Cia Revolucionária Triângulo Rosa.



MUITAS VOZES

pelo Estado Laico

Por Mel Bleil Gallo*

Imagine a cena: é um daqueles domingos ensolarados e um casal apaixonado resolve passear e celebrar o amor. Decidem ir ao clube, nadar e curtir a natureza. Ao chegarem de mãos dadas, porém, recebem xingamentos de outr@s frequentador@s do local: “Que nojo! Horripilante!”. Você pode se perguntar, “como assim, o que foi feito para merecer um tratamento desses?”. E talvez se surpreenda com a resposta: bastou o fato de ser um casal de mulheres lésbicas, frequentando o Parque Nacional de Brasília, também conhecido como Água Mineral.

Em outros casos, ser mulher já é o suficiente para merecer uma agressão. Foi a história de Noemi Oliveira Silva, de 19 anos, moradora do Paranoá (DF). Ao voltar de uma festa com o namorado, ela foi submetida a uma sessão de exorcismo, na presença de pastores evangélicos e outras pessoas da comunidade. Bateram nas suas tatuagens, arrancaram piercings e jogaram dois gatos pretos pela janela. Tudo isso, a pedidos do seu próprio “companheiro”, inconformado pelo fato de a moça estar bêbada.

Essas duas situações têm muito em comum. Ambas revelam os efeitos perigosos do avanço fundamentalista sobre as liberdades individuais, na nossa sociedade. Uma cultura que agride e desrespeita constantemente quem destoa da ordem conservadora, patriarcal, heteronormativa, racista e elitista. Que exalta preconceitos e invisibiliza opressões.

Na boca do povo

Mas as semelhanças vão além: nenhum desses casos passou despercebido. Na semana seguinte às agressões homofóbicas, manifestantes se reuniram no parque Água Mineral, para realizar um beijaço — protesto político, onde várias pessoas se beijam, independente do gênero e orientação sexual, para combater os preconceitos. Já Noemi prestou queixa por lesão corporal, e o caso está sendo investigado. São vozes que se erguem e resistem contra os fundamentalismos religiosos. E não estão sozinhas.

Quando um pastor evangélico publicamente reconhecido como racista e homofóbico foi eleito para a presidência da Comissão de Direitos

Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, mais vozes se juntaram para denunciar esses fundamentalismos. Artistas, movimentos sociais, acadêmic@s e, inclusive, pessoas que normalmente não “gostam de se envolver com política”. Emblemática, uma dessas vozes foi a da atriz Letícia Sabatella, que definiu o deputado como um presente divino.

“O Feliciano é uma benção de Deus. Ele é tão nazista, arcaico e egoísta que enfim estamos acordando para a homofobia e o preconceito. É um mal que vem pra bem. É tão absurdo e forte, como se quem não pensa como ele estivesse associado ao demônio, possuído. Aconteceram coisas que doeram na minha alma. E, para ser contra essa aberração, quem antes não queria chocar a bisavó está se assumindo. Graças a isso, a homofobia daqui a pouco vai acabar, como acabou a escravidão”, disse a atriz pelos corredores dos estúdios da Rede Globo.

Debate interno

Apesar de estimativas como a do pastor Silas Malafaia indicarem que o número de eleitores

de Feliciano deve duplicar em 2014, essas polêmicas têm tido também um saldo interessante de debate interno às religiões. Até mesmo evangélicos pediram a saída do Pastor da Comissão. Formada por 39 grupos de evangélicos progressistas, a Rede Fale lançou um abaixo assinado e uma carta aberta na internet, em que dizia ser “estratégico ouvir o clamor das ruas e dos movimentos sociais com respeito à escolha, pelo partido, de um nome que não traga tamanha carga negativa para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias”.

Mais recentemente, em julho, essa mesma rede soltou um artigo intitulado “*Evangélicos e Estado Laico: reflexão necessária*”, no qual ressalta que a laicidade “não apenas reconhece a pluralidade de religiões, mas que nenhum grupo que se valha de sua força ou influência no âmbito dos poderes de nosso país pode usá-la para exercer de forma ilegítima a tirania sobre aqueles que fazem opção de fé diversa àquela que diz professar”. E completa: “como uma rede que tem em sua matriz a fé no Cristo, não podemos aceitar que se use o Estado para converter nosso semelhante na marra”.

De acordo com Leonardo Boff, o caso do pastor Feliciano pode ser considerado um paradigma, pois é “a primeira vez na história em que os evangélicos se colocam como um bloco organicamente articulado, com projeto temático definido: uma pretensa defesa da família”. Para o teólogo da Libertação, “torna-se nítida uma articulação política e ideológica conservadora em diferentes espaços sociais – do Congresso Nacional às mídias – que reflete um espírito presente na sociedade brasileira, de reação a avanços sociopolíticos, que dizem respeito não só a direitos civis homossexuais e das mulheres, como também aos direitos de crianças e adolescentes, às ações afirmativas (cotas, por exemplo) e da Comissão da Verdade, e de políticas de inclusão social e cidadania. Nesta articulação a religião passa a ser instrumentalizada, uma porta-voz”.

O poder da comunicação

A articulação fundamentalista na mídia, aliás, é ponto que merece destaque. A compra da Rede Record pela Igreja Universal do Reino de Deus, em 1989, foi um dos principais impulsos à estratégia de ocupação do poder pelos segmentos neopentecostais. Com o surgimento de partidos políticos como PSC e PRB, foi possível

canalizar também recursos públicos para fundos partidários, com horários eleitorais gratuitos, por exemplo. Apesar de mobilizações sociais como o “Projeto de Lei de Iniciativa Popular por uma Mídia Democrática”, não há nenhuma resposta efetiva do poder público contra o proselitismo religioso.

Como denuncia o jornalista Luiz Cláudio Cunha, “o Estado laico assiste, inerte, a invasão da mídia eletrônica por instituições religiosas que compram espaços e vendem milagres em rádio e TV, maldizendo regras da concessão pública de meios de comunicação que deveriam estar imunes a credos e a pregadores de telemarketing. Sem maiores perguntas, o Brasil e suas instâncias do poder temporal assistem de joelhos ao choque de credos numa área de interesse direto do jornalismo e do distinto público: a mídia eletrônica. A igreja católica agrupa mais de 200 rádios e quase 50 emissoras de TV, contra 80 rádios e quase 280 emissoras de oito braços do ramo evangélico”.

No entanto, nos últimos meses, o Brasil observou como a atuação nas redes sociais pode contribuir para mobilizar a sociedade e, inclusive, pautar a grande mídia. Além de debates sobre direitos sociais básicos como transporte, saúde e educação, associados à crítica aos megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, a defesa do Estado laico também chamou a atenção.

Protestos que reuniram milhares de pessoas em todas as regiões do país conseguiram trazer à tona problemas como a aprovação do

Estatuto do Nascituro (PL 478/2007) em mais uma comissão da Câmara dos Deputados, os gastos públicos de mais de R\$ 180 milhões com a vinda do Papa Francisco ao Brasil e os crescentes atentados diretos à laicidade do Estado, por meio de iniciativas como a PEC 99/2011, que autoriza igrejas a questionarem o Supremo Tribunal Federal (STF).

Um dos resultados dessa movimentação foi o fato de a Marcha das Vadias do Distrito Federal, ter sido convidada, como movimento feminista, a participar de uma reunião com a presidenta Dilma, após mobilizar cerca de oito mil pessoas pelas ruas de Brasília. O encontro reuniu diversos movimentos de juventude e, na ocasião, as Vadias apresentaram a legalização do aborto como uma das demandas dos movimentos sociais.

Não houve, no entanto, uma resposta por parte do governo. O silêncio foi o mesmo diante de tantas atrocidades fundamentalistas que mexeram com o país. Tática de governabilidade ou conivência? Fica difícil afirmar. Fato é que só se pode apostar na atuação dos movimentos sociais e na pressão popular, para construir alternativas. Desde as mais imediatas, até as que possam de fato transformar nosso sistema político e garantir que, nessa proposta de representatividade, tod@s tenham voz e direitos garantidos.

*Mel Bleil Gallo é jornalista e assessora de comunicação política do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA).



Mel Bleil Gallo

REFORMA POLÍTICA para combater os FUNDAMENTALISMOS

Por Nina Madsen*

Estamos diante de um cenário político de retrocessos graves e crescentes. Temos observado as piores expressões do conservadorismo e do fundamentalismo religioso que se multiplicam e se fortalecem no Congresso Nacional. Grupos religiosos que, para fazerem avançar seus interesses políticos e econômicos, construíram como estratégia a ocupação de espaços em todas as esferas do poder público no Brasil, o controle de meios de comunicação de massa e, como bandeira unificadora, o ataque sistemático e concentrado aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e aos direitos da população LGBT.

A situação é séria e o momento é dos mais delicados. Não só pela força crescente desses grupos, mas especialmente porque essa força cresce na mesma proporção em que colapsa nosso sistema político e em que estanca o projeto político democrático e popular que, imaginávamos, iria (re)orientar os rumos do Estado brasileiro.

O governo federal decretou o fim da miséria e, paralelamente, o surgimento de uma “nova classe média” consumidora que, ao que tudo indica, é na sua maioria evangélica. É para esse grupo que estão sendo orientadas suas políticas e estratégias eleitorais, e em nome de quem o governo está repensando sua agenda social. Nesse embalo, a agenda de direitos humanos

está cada vez mais escondida, cada vez mais silenciada, no âmbito do Executivo federal.

As repercussões desse silêncio no Legislativo vêm sendo percebidas há alguns anos e, nos últimos meses, foram escancaradas pela chegada do PSC de Marco Feliciano à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. A ofensiva tem, desde então, se intensificado. Só para citar os mais graves, tramitam atualmente no Congresso o Estatuto do Nascituro (PL 487/2011), a PEC 99/2011 (que permite que instituições religiosas questionem decisões do STF), a PEC 33/2011 (que permite que o Legislativo revogue decisões do STF), e o requerimento para instalação de uma CPI do aborto absolutamente inconstitucional e sem fundamento, mas que, apesar disso, já conta com mais de 170 assinaturas de parlamentares da Casa.

A pressão dentro do Legislativo é também sentida fortemente no Executivo, que tem cedido cada vez mais às pressões desses grupos – os quais contam, é importante mencionar, com uma base eleitoral considerável. E para quem ainda acha que alguns direitos valem mais do que outros, ou que algumas lutas importam mais do que outras, vale lembrar que a Frente Parlamentar Evangélica e a Bancada Ruralista caminham juntas em nosso Congresso. Não adianta escolher uma e esquecer a outra.

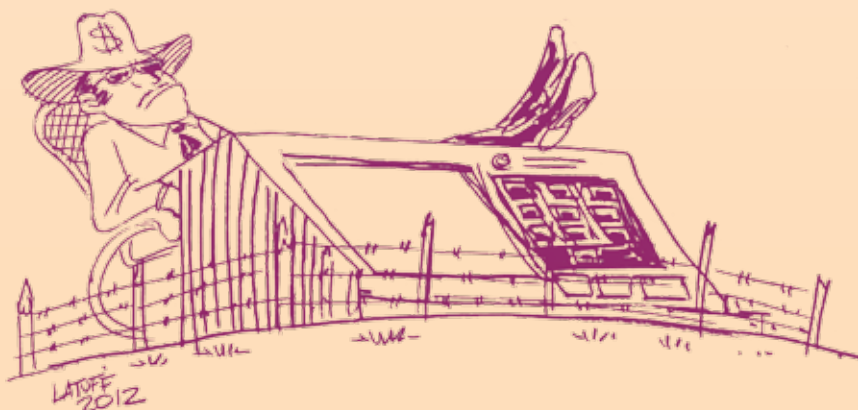
Compondo com esse quadro deveras assustador, está a recente visita da Vossa Santidade o Papa Francisco, que tem mobilizado também as forças católicas dentro do governo – essas mais antigas e com lugares já bem marcados nas instituições do poder público brasileiro.

Católicos e evangélicos somam, mais ou menos, 90% da população brasileira. É muita gente. E, por mais que essa população não seja nem de longe toda composta por conservadores obscurantistas como aqueles que têm ocupado nosso Congresso Nacional, há gente suficiente para seguir elegendo Bolsonaro, João Campos e Marcos Felicianos da vida.

Sim, o quadro é preocupante. A profundidade e a dimensão dos problemas que agora emergem explicitamente não podem ser ignoradas. Precisamos de um novo sistema político, que dê fim aos vícios e privilégios que o atual endossa. Precisamos de renovação política e ideológica dentro dos partidos políticos que historicamente apoiamos – é hora de sair dos armários do poder e de retomar as lutas e compromissos históricos que os constituíram.

Precisamos de movimentos sociais autônomos, fortalecidos e dispostos a enfrentar esse momento com coragem e desprendimento. Precisamos de um Estado eficiente, mas que não abandone o projeto político e os princípios democráticos e igualitários que o refundaram, nos idos ainda recentes de 1988.

A hora é essa. Precisamos de mais e novas canções para fazer dormir as crianças e despertar mulheres e homens. Se o risco do enfrentamento é alto, maior é o do silêncio e o da convivência.



*Nina Madsen é socióloga e integrante do Colegiado de Gestão do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA).



Jornada Mundial da Juventude e a visita do Papa ao Brasil: o Estado laico em questão

Yuri Puello Orozco*

A visita do Papa Francisco ao Brasil e a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), no último mês de julho, são preocupantes, pois podem contribuir com o fortalecimento dos grupos conservadores e a crescente ofensiva contra os fundamentos democráticos do Estado laico. Os fundamentalistas religiosos no país vêm criando sucessivos obstáculos aos avanços dos direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBT. Esses grupos conservadores tentam interferir na aprovação de leis e na implementação de políticas públicas favoráveis a estes direitos, e reforçam o conservadorismo moral, a desigualdade de gênero e a intolerância religiosa. Além disso, buscam o retrocesso de direitos já conquistados, especialmente, os direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Sabemos que o Acordo Brasil-Vaticano, feito sem a participação da sociedade, tem tido um impacto negativo no compromisso governamental, especialmente do Executivo Federal, com as políticas públicas relacionadas com os direitos sexuais e os direitos reprodutivos. A omissão e o silêncio do Executivo sobre estes direitos demonstram que governo está refém deste acordo.

Já grupos conservadores católicos também se organizaram e promoveram uma campanha em defesa da vida na JMJ, apesar de saberem que um número considerável de jovens católicos são críticos em relação ao posicionamento da Igreja sobre os direitos sexuais e direitos reprodutivos. Aliás, tal campanha teve como princípio a defesa da vida humana desde o momento da concepção, mesmo argumento proposto em projetos de lei como o Estatuto do Nascituro, que desconsideram as graves consequências para a saúde e a vida das mulheres.

Mesmo que tais eventos tragam ganhos financeiros ao país — há a estimativa de que mais de 3 milhões de jovens de todo o mundo tenham

comparecido às atividades — é questionável a formação de comissão ministerial e o uso de recursos públicos para a realização destes eventos.

Os gestos, símbolos e declarações do novo Papa sinalizam um novo projeto para a Igreja. Grande parte dos católicos que se encontravam frustrados com os graves escândalos de pedofilia, corrupção e intrigas entre os altos cargos da hierarquia católica, agora têm novas expectativas com os sinais de Francisco, que indicam mudanças para um projeto de igreja mais austero e voltado para o serviço, para as necessidades dos pobres, o que pode ser oportuno em um mundo de incertezas e de crises.

Mas, qual será o alcance da declaração de Francisco em relação à sua identificação com os pobres? Entre esses pobres estão as mulheres e a população LGBT? Estarão contemplados os seus direitos, especialmente os relacionados com os direitos sexuais e os direitos reprodutivos?

Somente se esses sinais se concretizarem em mudanças de olhares e de práticas da igreja em relação aos direitos das mulheres e das pessoas LGBT, poderemos dizer que este Papado está preocupado com as causas da justiça, já que a desigualdade de gênero e a discriminação, por orientação sexual e identidade de gênero produzem exclusão, sofrimento e pobreza e impedem uma vida justa, plena e saudável para todos cidadãos e cidadãs.

**Yuri Puello Orozco é responsável pelas atividades inter-religiosas e pela articulação com a Red Latinoamericana de Católicas por el Derecho a Decidir. Coordenadora do projeto de Formação de Multiplicadoras. Doutora em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).*

Mapa do Fundamentalismo

Por Juliano Alessander e Kauara Rodrigues*

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS: riscos de retrocessos tramitando

CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

INFORMAÇÃO SOBRE DSDR É CRIME PL 5.069/2013

Proposta pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e outros parlamentares, dentre eles João Campos (PSDB/GO), a proposição tipifica crime contra a vida o “anúncio de meio abortivo” e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto. Na CCJC, Leonardo Picciani (PMDB/RJ) é o relator da matéria.

DEFESA DA VIDA E DO ESTUPRO PDC 42/2007

O projeto, de autoria do deputado Henrique Afonso (PV/AC), pretende sustar a Norma Técnica de “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes”. Em resumo, propõe que a mulher estuprada seja obrigada a ter o filho do estuprador. A proposição possui parecer favorável na CCJC, elaborado pelo ex-deputado Pastor Manoel Ferreira (PTB/RJ), e aguarda votação. Henrique Afonso é ex-petista, evangélico integrante da Comunidade Shamah.

DIREITO DAS MULHERES É HEDIONDO PL 4.703/1998

O ex-deputado Francisco da Silva (PPB/RJ) pretende transformar a interrupção da gravidez em crime hediondo, equiparando-a ao tráfico de drogas, ao estupro e outros crimes previstos na Lei dos Crimes Hediondos. O PL possui quatro proposições de mesmo teor anexadas, que estão aguardando a designação de relatoria na CCJC, após terem sido rejeitadas na CSSF em 2011.

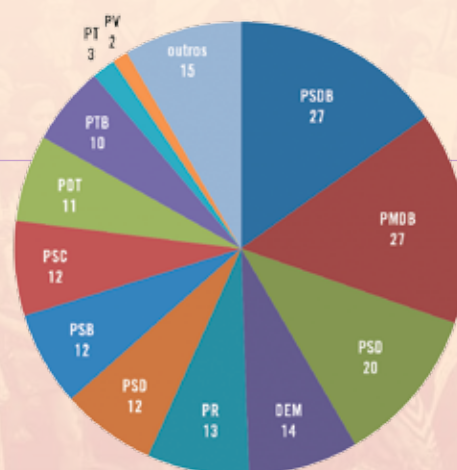
CPI DO ABORTO RCP 21/2013

Esse requerimento de CPI foi apresentado pelos deputados João Campos (PSDB/GO) e Salvador Zimbaldi (PDT/SP) e conta com 178 assinaturas. Pretende investigar “a existência de interesses e financiamentos internacionais para promover a legalização do aborto no Brasil”, com o objetivo de criminalizar as organizações feministas que lutam pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

CPI DO ABORTO (RCP 21/2013)

O Requerimento possui 178 assinaturas
(9 são de mulheres)

Proporção de mulheres:



no Congresso Nacional

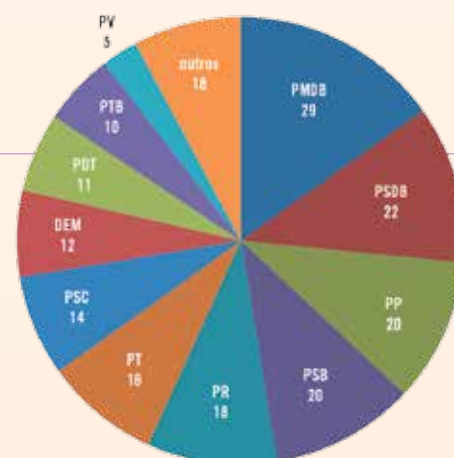
DISQUE-ABORTO PL 1.618/2011

A proposta do deputado Roberto Brito (PP/BA) pretende instaurar um “código de acesso telefônico para informações e orientação sobre métodos contraceptivos e aborto”, o que, claramente, servirá para dissuadir as mulheres do exercício de seus direitos. O chamado “disque-aborto” recebeu de Roberto de Lucena (PV/SP) parecer pela rejeição e aguarda votação na CSSF. O relator é um dos articuladores da bancada conservadora do Congresso Nacional, secretário de Mobilização e Articulação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida - Contra o Aborto, Vice-Presidente da Frente Parlamentar Evangélica e pastor da igreja evangélica Brasil para Cristo.

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA VIDA E CONTRA O ABORTO

Membros: 205 (11 mulheres)

Proporção de mulheres:



VIDA DESDE A CONCEPÇÃO PEC 164/2012

Apresentada pelos deputados Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e João Campos (PSDB/GO), entre outros, a proposta pretende estabelecer a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, um dos principais objetivos da bancada religiosa. Se aprovada, terá efeito cascata, derrubando direitos sexuais e reprodutivos previstos em legislação ordinária e em outros diplomas, como portarias. A PEC está na CCJC e aguarda parecer do deputado Alberto Filho (PMDB/MA).

PROPOSIÇÕES SOBRE ABORTO

Dentre as 34 proposições acompanhadas pelo CFEMEA no tema “Aborto”, 31 propõem retrocessos graves à legislação. A ofensiva contra os direitos das mulheres prevê propostas como: transformar a interrupção da gestação em crime hediondo, o disquete-aborto, “casas de apoio” à gestante – para dissuadir as mulheres da decisão de interromper gravidezes decorrentes de estupros – e o fim da distribuição da “pílula do dia seguinte”, dentre outros.

DIREITO DAS MULHERES É TORTURA PL 2.423/1989

A proposição, do ex-senador Jamil Haddad (PSB/RJ), pretende tipificar o aborto como crime de tortura. Essa ideia foi seguida pelo ex-deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), que apresentou o PL 1.035/1991, de mesmo teor, pretendendo transformar direito reprodutivo em “tortura”. Os dois projetos possuem relatório pela rejeição, proferido pelo ex-deputado Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ) e aguardam votação na CCJC.

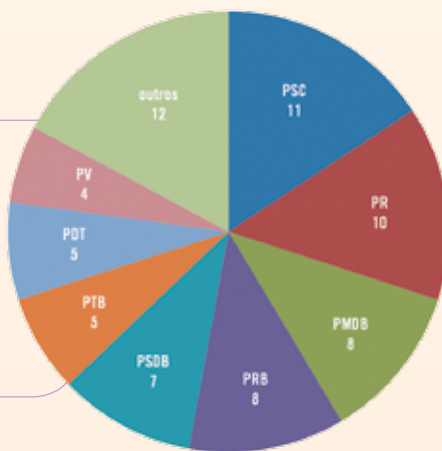
BOLSA ESTUPRO PL 478/2007

O projeto que institui o chamado Estatuto do nascituro representa um dos maiores retrocessos aos Direitos Sexuais e Reprodutivos das mulheres. Ele viola as leis constitucionais brasileiras que protegem o direito à saúde e ao cuidado, no âmbito da saúde reprodutiva da mulher, que inclui o aborto seguro previsto em lei. A proposta foi aprovada na CFT, com parecer pela aprovação do relator, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), e aguarda relatoria, na CCJC.

Frente Parlamentar Evangélica (FPE)

Membros: 70 (7 mulheres)

Proporção de mulheres:



FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO

LEI GERAL DAS RELIGIÕES PLC 160/2009

A chamada “Lei Geral das Religiões”, proposta pelo deputado George Hilton (PP/MG), é uma resposta da Bancada Evangélica ao “Acordo Brasil-Vaticano”, assinado em 2008 e ratificado pelo Congresso Nacional em 2009. Tal acordo legitimou e regularizou uma série de benefícios e privilégios da Igreja Católica no Brasil. A matéria aguarda realização de audiência pública, solicitada pelo relator da proposta na CAS do Senado Federal, Eduardo Suplicy (PT/SP).

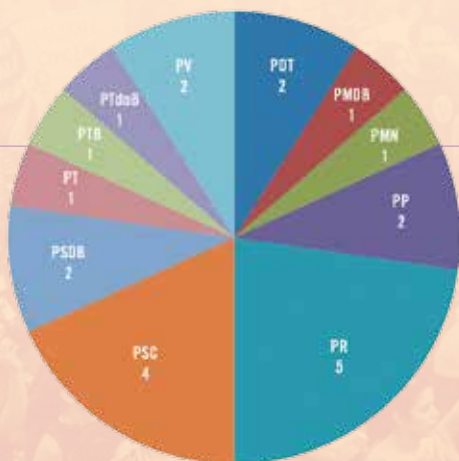
FIM DO ESTADO LAICO PEC 99/2011

Esta emenda à Constituição Federal concede capacidade postulatória às Associações Religiosas para propor ação de inconstitucionalidade (ADIN) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC) de leis ou atos normativos, perante a Constituição Federal. Desta forma, toda legislação que prevê a laicidade do estado estaria sob ameaça constante. A PEC foi proposta pelo deputado João Campos (PSDB/GO) e, aprovada pela CCJC, segue para o Plenário da Câmara dos Deputados.

FRENTE PARLAMENTAR DA FAMÍLIA E APOIO À VIDA

Membros: 22 (8 mulheres)

Proporção de mulheres:



OBS: Todas as informações foram retiradas dos websites da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br) e do Senado Federal (www.senado.gov.br).

LEGENDAS:

- CAS**
Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal
- CCJC**
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados
- CDHM**
Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados
- CFT**
Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados
- CSSF**
Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados
- PEC**
Proposta de Emenda à Constituição Federal
- PL**
Projeto de Lei da Câmara dos Deputados
- PLS**
Projeto de Lei do Senado Federal
- PDC**
Projeto de Decreto Legislativo da Câmara dos Deputados
- RCP**
Requerimento de Instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito

HOMOFOBIA

CRIMINALIZAÇÃO DA “HETEROFOBIA” PL 7.382/2010

O projeto visa criminalizar a “heterofobia”, ou seja, penaliza a chamada “discriminação contra heterossexuais”. A iniciativa já tem parecer favorável na CDHM, proferido pelo deputado João Campos (PSDB/GO). É uma tentativa de resposta ao projeto que criminaliza a homofobia (PLC 122/2006) no país, ainda em tramitação.

O autor da proposta, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), é o atual líder do PMDB na Câmara e um dos principais articuladores da bancada fundamentalista religiosa no Congresso Nacional. Integrante da igreja evangélica Sara Nossa Terra, presidiu a CCJC durante a rejeição do PL 1.135/1991 (que descriminalizaria o aborto no Brasil) em 2008 e fez tudo ao seu alcance para impedir o debate democrático sobre o tema.

CURA GAY PDC 234/2011

O deputado João Campos (PSDB/GO) pretendia instaurar a “cura gay” no país, sustentando a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. A proposta teve relatório favorável do deputado Anderson Ferreira (PR/PE), mas foi retirada em Plenário, a pedido do próprio João Campos, após polêmicas internas ao PSDB.

No dia seguinte à retirada do projeto, o mesmo texto foi reapresentado pelo deputado Anderson Rodrigues (PR-PE) e pode voltar à pauta a qualquer momento. O autor original da matéria, João Campos, é evangélico integrante da Assembleia de Deus e Presidente da Frente Parlamentar Evangélica, além de Coordenador da Região Centro-Oeste da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida e Contra o Aborto.

**Juliano Alessander é advogado e Kauara Rodrigues cientista política. Amb@s são consultor@s do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA).*



Fundamentalismo midiático: a religião ocupando as concessões públicas

Helena Martins e Bia Barbosa*

A maioria da população brasileira não sabe, mas o espaço ocupado pela transmissão dos sinais de rádio e televisão é público, o que dá às emissoras o dever de respeitarem, em sua programação, os princípios constitucionais. E o Brasil é um Estado laico. Não é demais, portanto, esperar que a programação do rádio e da TV não privilegie nenhuma religião e tampouco seja espaço para o proselitismo religioso.

Porém, se você já cansou de “zapear” em busca de conteúdo não-religioso na TV, prepare-se para usar ainda mais o controle remoto. Desde o ano passado, a Rede Globo tem estabelecido uma forte parceria com o setor evangélico, o que foi expresso na cobertura do musical “Festival Promessas”, na contratação de artistas gospel para a gravadora do grupo, a Som Livre, e na inclusão de personagens evangélicas na teledramaturgia - Ivone (Kika Kalache), de “Cheias de Charme”, e Dolores (Paula Burlamaqui), de “Avenida Brasil”. Líderes evangélicos reunidos em 2012 com a maior emissora do Brasil pediram mais: uma heroína evangélica no horário nobre.

A parceria com a emissora é mais uma mostra da penetração das igrejas na mídia, um fenômeno que não é recente, mas que ganha proporções cada vez mais significativas. Levantamento realizado por Figueredo Filho, apoiando-se em dados de 2006, revela que 25,18% das emissoras de rádio FM e 20,55% das AM nas capitais brasileiras são evangélicas – muitas neopentecostais que, hoje, concorrem com a Igreja Católica, antes liderança no número de altares eletrônicos.

Dados divulgados pela Folha de São Paulo revelam que o “televangelismo”, hoje, ocupa 140 horas semanais da TV brasileira. A Rede TV, líder na programação religiosa, vende 46h de sua programação semanal para igrejas; já a Record, da Igreja Universal, disponibiliza 32h. O terceiro posto deste ranking é ocupado pela Band, com 31h. Levantamento realizado pelo Intervenções denuncia casos como o do Canal

21, também do grupo Bandeirantes, que arrenda 22 horas diárias de sua programação à Igreja Mundial do Poder de Deus.

Já o poder público tem se eximido de enfrentar os interesses das igrejas e garantir que o sistema de comunicação não sirva ao proselitismo religioso. A ausência de ações dá-se mesmo quando esses grupos usam seus representantes no Congresso Nacional para manter e até mesmo ampliar suas redes de comunicação. Nesses casos, a tríade comunicação, religião e política mostra todo o seu poder de sustentação ideológica, política e econômica. E parlamento e mídia viram espaços para a publicização de discursos baseados no tradicionalismo, na defesa da família e da moral cristã.

Na esteira do fortalecimento do conservadorismo da sociedade, pautas históricas como o aborto, o casamento civil de pessoas do mesmo sexo e, ainda, a democratização dos meios de comunicação continuam interditadas no debate público. Essa situação faz com que seja urgente inscrever, na agenda dos movimentos sociais, a luta contra o conservadorismo e em defesa da pluralidade e da diversidade na mídia – inclusive de credos.

É este um dos objetivos do Projeto de Lei de Iniciativa Popular por uma mídia democrática, que pretende coletar mais de um milhão de assinaturas por um novo marco regulatório do setor no país. Do contrário, veremos os espaços públicos serem ocupados por setores que desconhecem os avanços políticos conquistados por grupos que foram, historicamente, oprimidos, mas que há tempos lutam por uma sociedade igualitária e livre de todo preconceito.

**As autoras integram o Setorial de Mulheres do Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação. Helena Martins é mestra em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará e editora na TV Brasil. Bia Barbosa é jornalista, especialista em direitos humanos, mestranda em políticas públicas pela FGV-SP e integrante da Rede Mulher e Mídia.*

Política e religião: uma separação urgente e necessária

São tempos difíceis, no que diz respeito às liberdades individuais e à garantia de direitos e cidadania. Para quem ousa contrariar a ordem patriarcal, branca, heteronormativa e elitista. Em entrevista com Jean Wyllys, podemos compreender mais a fundo como o fundamentalismo chegou e tem atuado em todas as esferas da política brasileira. Em um bate-papo franco e aprofundado, o jornalista, militante LGBT, ex-BBB e deputado federal pelo Psol denuncia a hipocrisia fundamentalista e aponta alguns caminhos possíveis para dias melhores.

*Por Mel Bleil Gallo**

Jornal Fêmea: O que podemos definir como fundamentalismo?

Jean Wyllys: A palavra fundamentalismo tem sido muito associada à questão religiosa, mas há também o fundamentalismo ideológico, é importante lembrar. No caso do fundamentalismo religioso, ele implica na leitura dos fundamentos de uma determinada religião ao pé da letra. No Brasil, por exemplo, emergiu nos últimos anos um fundamentalismo religioso cristão, que faz uma leitura fundamentalista da Bíblia. Pegam todas as frases, recomendações e prescrições éticas ao pé da letra, sem colocá-las dentro de uma perspectiva histórica, que leva em conta o que as civilizações passaram ao longo desses dois mil anos.

A gente pode materializar esse fundamentalismo no Brasil, por exemplo, quando líderes religiosos tentam negar o direito das pessoas homossexuais ao casamento, com base no trecho do Levítico, do Antigo Testamento, que diz “não te deitarás com um homem, como se fosse mulher”. Eles não levam em conta que o Levítico era um código de ética de uma sociedade tribal e que essa exortação se resume à homossexualidade masculina, por exemplo. E, ainda por cima, é uma leitura seletiva, pois esse mesmo código de ética prescreve que as pessoas não devem comer frutos do mar. Entretanto, as pessoas comem frutos do mar! Ele também prescreve que todos os homens têm que usar barba, no entanto nós temos pastores sem barba. Prescreve, inclusive, que a gente possa escravizar os vizinhos, mas abominamos a escravidão.

Isso tem uma implicação política. Se a gente sair do fundamentalismo cristão e pegar o fundamentalismo islâmico, por exemplo, veremos como os atentados terroristas no Oriente Médio, nos Estados Unidos e na Europa são motivados por uma leitura fundamentalista do Corão. Ou como há judeus ortodoxos fundamentalistas que fazem uma leitura fundamentalista da Torá, também.

Jornal Fêmea: Como esse fundamentalismo ameaça a garantia do Estado laico?

Jean Wyllys: O Estado se tornou laico e republicano sobretudo depois da experiência da Independência dos Estados Unidos, seguida da Revolução Francesa, para impedir as guerras religiosas. Na prática, isso significa que o Estado laico assegura aos cidadãos o direito de crença e de não crença, mas não dirige suas políticas por paixão religiosa de nenhum tipo. Ele não tem preferência religiosa e isso é fundamental para evitar a perseguição de quem não segue determinada religião. Ao mesmo tempo, esse Estado tem que arbitrar os conflitos religiosos, o que só pode ocorrer se ele for neutro. Sabemos quais as implicações sobre as liberdades individuais, em Estados teocráticos, por isso defendemos essa laicidade do Estado.

Jornal Fêmea: Como atua o fundamentalismo junto ao Estado brasileiro?

Jean Wyllys: No Brasil, o fundamentalismo cristão se organizou primeiro economicamente, graças a um dispositivo constitucional que dá imunidade fiscal às Igrejas. Significa que, na prática, elas não pagam impostos pela

exploração comercial da fé. Depois, politicamente, elas começaram um movimento que veio da periferia para o centro: os pastores foram se elegendo vereadores ou elegendo vereadores indicados. Em seguida, começaram a eleger (e se eleger) deputados estaduais e por fim, deputados federais. Assim, foram constituindo bancadas cristãs e religiosas nas diferentes casas legislativas.

Jornal Fêmea: O que abriu espaço para eles começarem a se eleger?

Jean Wyllys: Primeiro, essa organização econômica: eles tiveram dinheiro para fazer campanhas. Depois, tem o fato de que o trabalho das igrejas se pauta em um assistencialismo paternalista, junto às comunidades. Sobretudo junto às comunidades pobres, que foram alijadas de direitos. Ou seja, o Estado se fez ausente e não garantiu a essas pessoas seus direitos básicos a saúde, educação, alimentação, moradia, segurança pública. E quando o Estado se ausenta desses espaços, dá lugar para que embriões de Estado se coloquem no lugar. Daí, vêm o narcotráfico, as milícias e as igrejas. Graças ao assistencialismo, as igrejas puderam se fortalecer economicamente e se eleger. Elas se converteram numa força política e estão tomando as estruturas públicas. E não só no legislativo, diga-se de passagem, porque hoje já há fundamentalistas no Judiciário, nos Executivos.

Jornal Fêmea: Quais são os exemplos concretos dessa interferência?

Jean Wyllys: São vários. Eles vão desde a aprovação de projetos de leis municipais que

proíbem escolas de tratar da sexualidade, ao veto ao programa nacional “Escola sem Homofobia”, que foi pressionado pela Bancada Evangélica do Congresso Nacional. Ou, ainda, à recente suspensão da campanha de prevenção de DST/Aids junto às jovens LGBTs. Mas chega também na proibição de sacrifícios de animais em rituais, para atingir religiões de matriz africana, como perseguição religiosa disfarçada de proteção ao direito dos animais. É uma postura hipócrita, porque, ao mesmo tempo que esses fundamentalistas estão preocupados com a pomba e a galinha que vão ser sacrificadas no terreiro, eles não estão nada preocupados com a carne que vai para o McDonald's.

Jornal Fêmea: Se a Bancada Evangélica fosse um partido, seria o terceiro maior do país. Como você avalia a existência e a atuação dessa bancada?

Jean Wyllys: Ela não é tão articulada como a gente imagina. Na verdade, ela se articula para algumas questões, como os temas relacionados às liberdades individuais, por exemplo. Ou seja, contra a liberdade da mulher, dos homossexuais, dos usuários de drogas. Mas, tirando essas questões, ela não é tão coesa. Eles usam a pauta das liberdades individuais como cortina de fumaça, para encobrir seus interesses reais, de enriquecimento privado, de fortalecimento dos seus organismos não-governamentais privados que servem, na verdade, de fachada pra parasitar o erário público.

Quando entram em pauta os direitos das minorias, eles se articulam também com outro setor conservador do Congresso Nacional, os ruralistas, do agronegócio. Juntos, eles tentam impedir a cidadania dos povos indígenas e o seu acesso ao direito à terra, a uma política agrária, a sua identidade cultural. Em troca, ruralistas se unem aos evangélicos para impedir a garantia das liberdades individuais dos homossexuais e das mulheres, por exemplo.

Jornal Fêmea: No caso específico das mulheres, alguns projetos são bastante preocupantes, como o Estatuto do Nascituro (PL 478/2007) e da CPI do Aborto. O que você acha dessas iniciativas?

Jean Wyllys: O Estatuto do Nascituro é uma aberração legislativa e é impressionante que tenha sido aprovado na Comissão de Finanças

e Tributação (CFT), onde deveria ter sido emitido um parecer técnico, com o impacto orçamentário financeiro. Se esse impacto não está previsto nas leis orçamentárias, o PL deveria ter sido derrubado. Mas ele foi aprovado pelo mérito. Isso é assustador, pois atenta contra os direitos sexuais das mulheres, ao colocar os questionáveis direitos de um zigoto acima dos direitos de uma mulher com vida, que pensa, tem uma história, sentimentos e expectativas. O Estatuto do Nascituro tem um cunho machista e patriarcal, que vem fortalecer uma ordem masculina de dominação e opressão da mulher. Além disso, é lamentável que os membros daquela comissão sejam majoritariamente homens, falando em nome das mulheres.

Já a CPI do aborto é outro descalabro. O aborto tem que ser tratado na perspectiva da saúde pública. Pessoalmente, não posso falar sobre o aborto porque nunca abortei, nem posso abortar: só quem pode falar disso são as mulheres. Mas é absurdo que nossa legislação criminalize aquelas que cometem o aborto e isente os homens da responsabilidade. Isso diz muito da face do nosso Congresso Nacional, que infelizmente diz representar essa sociedade de quase 200 milhões de habitantes, num país continental.

Eu não acredito que essas pessoas representem a sociedade. A sociedade está se transformando lá fora. Existe um discurso e existe

um fato. O fato é que o aborto clandestino tem matado mulheres e a gente precisa enfrentar isso. É preciso garantir a educação sexual nas escolas e o acesso a métodos contraceptivos. Temos que tratar da sexualidade de maneira responsável, sem hipocrisia, e assegurar à mulher o direito sobre seu corpo. Precisamos distinguir as etapas: um zigoto não é vida. Se ele for, um espermatozoide desperdiçado na masturbação também é vida e os homens não abrem mão de se masturbar, nem estão preocupados com o fato de terem milhões de projetos de vida jogados fora a cada masturbação. É um discurso irracional, influenciado por um fundamentalismo religioso.

Jornal Fêmea: E como ficam os direitos LGBTs, nesse cenário?

Jean Wyllys: Os homossexuais são difamados e vítimas de perseguição, mas não só dos líderes religiosos. Há instituições laicas que também alimentam o ódio e partilham do preconceito contra os homossexuais. É um grupo muito odiado e a única maneira de reverter isso é no espaço político. Se dependesse da maioria desse Congresso Nacional, esse espaço não existiria. Então a gente decidiu garantir um espaço paralelo à Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) na Frente pelos Direitos Humanos e na Frente pela Cidadania LGBT, que eu coordeno.

Jean Wyllys

“Há instituições laicas que também alimentam o ódio e partilham do preconceito contra os homossexuais. É um grupo muito odiado e a única maneira de reverter isso é no espaço político”



“Não há vontade política do Congresso Nacional para fazer uma reforma política. O atual processo eleitoral beneficia os currais eleitorais, os canalhas de toda sorte, os parasitas do erário público, o lobby das empresas”

Jornal Fêmea: É possível citar alguns projetos mais ameaçadores à cidadania LGBT?

Jean Wyllys: Quando eu digo que a CDHM perdeu seu sentido, é com base no fato de que, com a entrada de um fundamentalista na presidência da Comissão e a sua tomada por fundamentalistas religiosos, começaram ser pautados projetos que só serão aprovados lá. São aberrações legislativas. É o caso do projeto que susta a resolução do Conselho Federal de Psicologia (que proíbe terapias de reversão de homossexualidade), chamado de Cura Gay. Tem outro projeto também, mais ridículo ainda, que criminalizaria a heterofobia.

Essa comissão não tem mais a menor legitimidade para julgar o mérito de um projeto em relação a direitos humanos. Se aprovarem qualquer coisa, é pior para eles, pois vai mostrar que eles não levam a sério as minorias, nem os direitos humanos. Mas, saindo dessa Comissão, esses projetos não serão aprovados, mesmo com o cenário conservador que a gente tem, porque eles são inconstitucionais. Agora, se forem aprovados, aí sim se justificaria a intervenção do Judiciário sobre o Legislativo.

Jornal Fêmea: Você tem atuado também pela regulamentação da prostituição e contra a exploração sexual, algo importante nesse cenário de megaeventos que o Brasil está vivenciando. Que iniciativas já foram tomadas?

Jean Wyllys: O Projeto Gabriela Leite (PL 4.211/2012) se articula com a CPI de Combate

à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Nós entendemos que o enfrentamento da exploração sexual é muito importante, sobretudo na época dos grandes eventos, que potencializam a exploração sexual de adolescentes e de mulheres. A partir das audiências da CPI, nós concluímos que só é possível fazer o enfrentamento da exploração sexual se, também, regulamentarmos a prestação de serviços sexuais no Brasil. Ou seja, se a gente garantir segurança jurídica às mulheres prostitutas, e se distinguirmos a exploração sexual da prostituição.

Exploração sexual é crime, seja de crianças, adolescentes ou mulheres. Prostituição não é crime no Brasil: é uma ocupação listada na relação de ocupações do Ministério do Trabalho, à espera de regulamentação. Nós precisamos insistir na ideia de que não existe prostituição infantil, pois no caso de crianças e adolescentes, é sempre exploração sexual. Uma garota que esteja fazendo sexo em troca de bombom, comida, sapato, dinheiro ou o que quer que seja, está sendo explorada. A prostituição é uma atividade exercida por uma pessoa adulta e capaz.

A prostituição tem que ser uma escolha e há um conjunto de mulheres no Brasil — não pequeno — que fizeram a escolha pela prostituição. Outras foram levadas por circunstâncias econômicas a escolherem essa profissão, mas são prostitutas. É a atividade que elas desenvolvem hoje e tem que ser exercida com segurança política e dignidade, é nesse sentido que vem o PL Gabriela Leite. Há uma série

de pessoas que estão em outras profissões por razões econômicas, mas gostariam de ser outra coisa. Mas não é por isso que nós não vamos garantir os direitos trabalhistas dessas pessoas. Não é porque uma mulher foi levada a ser prostituta, por razões econômicas, que ela tem de exercer essa atividade sem direitos.

Existe também um discurso sobre criar políticas públicas para que as prostitutas deixem essa profissão. Tem que haver políticas públicas para que todo mundo possa escolher a melhor profissão para si. Mas, ora, e se elas escolherem ser prostitutas, quem pode dizer que elas estão erradas? Esse discurso é moral, machista, de controle sobre a sexualidade da mulher. Que nega o direito da mulher escolher fazer do seu corpo o que ela quiser, como prestar um serviço sexual com ele. Um discurso de gente que não ouve as prostitutas.

Jornal Fêmea: A partir desse cenário todo, e do problema de representatividade política que você apresenta, a reforma política seria um caminho possível para combater os fundamentalismos?

Jean Wyllys: Não há vontade política do Congresso Nacional para fazer uma reforma política. O processo eleitoral, como se dá atualmente, beneficia os currais eleitorais, os canalhas de toda sorte, os parasitas do erário público, o lobby das empresas. O anti-republicanismo tem mais espaço do que o republicanismo. Esses caras não têm interesse e não vão votar uma reforma política que amplie a chance de eles não serem eleitos, que politize a sociedade e a coloque mais atenta aos representantes. Mas esse projeto seria necessário para a democratização de fato do país. Como já disse, a maioria desses parlamentares não representa a nossa sociedade. Eles representam de direito, porque foram eleitos, mas não representam de fato. Boa parte da sociedade não votou neles porque eles defendem ideias comuns, tenho certeza disso. Se a sociedade soubesse o que esses parlamentares defendem, ou da sua atuação em favor do seu enriquecimento e dos seus interesses privados, não teria votado neles.

**Mel Bleil Gallo é jornalista e assessora de comunicação política do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA).*



Em direção a 2015 e mais além

Sandra Dughman Manzur*

O vigésimo aniversário do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (CIPD) e a chegada do prazo de cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2015) implicam em uma série de avaliações e processos, que formarão as bases para novos acordos e metas. Apesar de os direitos sexuais e os direitos reprodutivos (DSDR) das mulheres, de sua autonomia e capacidade de tomar decisões a respeito de seus corpos, desafiarem o patriarcado e causarem grande oposição de parte da agenda fundamentalista, esta oposição se evidencia com mais força à medida que nos aproximamos dessas datas.

Desde a CIPD, em 1994, e seus bons resultados no âmbito dos DSDR, o uso de plataformas internacionais para influenciar declarações, acordos e convênios com uma visão tendenciosa e restritiva dos direitos é parte central da agenda fundamentalista. Atores como o Vaticano, países de todas as regiões do mundo influenciados por esta agenda – aqueles que formam o Grupo de Países Africanos, a Organização para a Cooperação Islâmica, a Comunidade do Caribe e outros como a Rússia, Malta, Hungria etc – e instituições e ONGs que representam os interesses religiosos de forças extremistas fazem um lobby forte e constante para impedir que os DSDR e os direitos baseados na orientação sexual ou na identidade de gênero (OSIG) sejam reconhecidos como direitos dignos de proteção e amparo.

Esses esforços fundamentalistas tentam impor a supremacia de alguns direitos sobre outros, como a liberdade de consciência ou de religião sobre os direitos de igualdade, autonomia e não discriminação. Tratam de minar a universalidade dos direitos humanos acusando-os de ser uma imposição ocidental imperialista e tentando impor o conceito de “soberania nacional” como limite ao seu cumprimento. Utilizam também argumentos baseados na tradição, na cultura e na religião, como justificativas para enfraquecer os direitos das mulheres, atacar seus corpos e restringir suas liberdades e capacidade de tomar decisões relacionadas à reprodução.

A imposição de conceitos como “família tradicional”, “valores tradicionais”, dualidade homem/mulher, e o papel da mulher na sociedade como dona de casa e mãe, o pátrio poder do pai sobre os filhos e filhas menores de idade para evitar uma educação sexual integral, a inviolabilidade da vida desde o momento da concepção, entre outros, cumprem o objetivo de evitar que conceitos amplos e diversos sobre tipos diferentes de família, o reconhecimento dos direitos com base na OSIG e a autonomia sexual e de reprodução da mulher sejam considerados como direitos que não podem ser violados impunemente.

Diante deste cenário e com base nas tendências avaliadas no Rio+20, as sessões 56 e 57 da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher, e os resultados da Comissão sobre a População e o Desenvolvimento, torna-se primordial que estejamos preparadas para instaurar em meio à agenda internacional e de forma clara e direta os Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Não permitamos que sejam introduzidos conceitos de “família” excludentes e homofóbicos. Exijamos o reconhecimento dos DSDR como direitos humanos, exigimos que seja reiterado que a saúde sexual e a saúde reprodutiva são partes integrantes da definição de saúde. Que seja incluída uma menção explícita de que o acesso aos métodos contraceptivos de emergência, ao aborto legal e seguro e a uma educação sexual integral explicitamente é parte da saúde reprodutiva. Que sejam condenadas de forma cabal e que se busque a completa erradicação de qualquer tipo de violência de gênero. Por fim, que seja proibida qualquer menção ou argumento que se baseie na tradição, cultura ou religião com o objetivo de enfraquecer a obrigação de todas as nações de respeitar, proteger e promover os Direitos Sexuais e Reprodutivos.

**Sandra Dughman Manzur é advogada pela Universidade do Chile e mestre em Direito pela Universidade de Toronto. Originalmente de Santiago do Chile, Sandra faz parte do programa Desafiando os Fundamentalismos Religiosos da Asociación para los Derechos de la Mujer y el Desarrollo (AWID). Além disso, colabora ativamente com o Programa de Direito em Saúde Sexual e Reprodutiva da Universidade de Toronto.*



É preciso estar atentas e fortes: a ofensiva internacional evangélica

Jandira Queiroz*

Nos últimos meses, temos assistido, em estado choque e resistência, a uma sequência de golpes duros sendo desferidos contra o nosso sistema nacional de direitos humanos, em especial os direitos sexuais e reprodutivos.

Exemplos abundam desde a indicação do deputado Pastor Marco Feliciano à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM) pelo Partido Social Cristão (PSC). Crescem os casos de discriminação e violência baseados em raça, gênero e orientação sexual, enquanto o Partido Social Cristão (PSC), a Frente Parlamentar Evangélica e a Frente Parlamentar em Defesa da Vida (sic) avançam na ofensiva e apresentam um sem-fim de projetos que engessam avanços e retrocedem nos direitos já conquistados. Estatuto do Nascimento, “cura gay”, criminalização da “heterofobia”, igrejas propondo ações de constitucionalidade no STF, internação compulsória para dependentes químicos em comunidades terapêuticas evangélicas, e uma nova CPI do aborto são apenas alguns dos mais recentes.

A tomada da CDHM pelo PSC nos deixou perplexas. Entretanto, se nos afastarmos um pouco da observação local e nos localizarmos em um cenário mais amplo, pensando em um “movimento evangélico” que cresce não só no Brasil, mas nas Américas e demais continentes, esta movida não é de todo surpreendente.

Tome-se o debate acerca do Ato em Defesa do Casamento (DOMA, em inglês) e os ataques a clínicas de aborto nos EUA, além da proposta de lei em debate em Uganda – replicada no Zimbábue e Quênia – que determina pena de morte a homossexuais. Todos estes casos contam com a participação do Centro Americano para a Lei e a Justiça (American Center for Law and Justice – ACLJ), atualmente presidido pelo advogado constitucional Jay Sekulow, e dirigido por seu filho Jordan Sekulow.

Para a implementação de sua agenda a nível mundial, já tem escritórios abertos no Zimbábue e no Quênia, dirigidos por cidadãos locais.

Segundo revela o Political Research Associates (PRA), a tática ensinada pela direita cristã norte-americana nesses países é manter a agenda cristã no centro do debate político, exportando-a de dentro das igrejas os espaços de poder.

Em março de 2012, Jordan Sekulow quis conversar com a presidente Dilma e pedir apoio brasileiro para a libertação do pastor cristão Yousef Nadharkani, no Irã, e para isso telefonou ao seu amigo Filipe Coelho, filho do pastor Silmar Coelho, por sua vez amigo próximo do pastor Everaldo Dias, presidente executivo do PSC. “Em 48h, o Jordan estava no gabinete do vice-presidente Michel Temer”, contou Filipe em uma entrevista a mim concedida.

Coelho revelou que os Sekulow (pai e filho) ficaram tão impressionados com “o poder dos evangélicos no Congresso brasileiro que decidiram ajudar o povo brasileiro e abrir um escritório aqui também”. O escritório foi montado em Goiânia, batizado de Centro Brasileiro para a Lei e a Justiça (BCLJ). Entre 26 e 30 de maio, o BCLJ promoveu o fórum “Um novo tempo de liberdade e justiça para todos”, em Campinas (SP) e Patrocínio (MG). “Todos”, neste caso, exclui uma enorme parcela da sociedade que não reza na mesma Bíblia da teologia da prosperidade e da indústria da fé que move o movimento evangélico.

**Jandira Queiroz é jornalista e ativista pelos direitos sexuais e reprodutivos, atuante no movimento LGBT e no movimento feminista. Trabalha como assessora da Relatoria do Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma Dhesca Brasil e pesquisa religião, política e sexualidade na América Latina.*

Links:

- | | |
|---|---|
| Sobre ACLJ
http://migre.me/emHkB(inglês) | Political Research Associates
www.politicalresearch.org |
| Participação do ACLJ nos casos citados
http://migre.me/emHrC(inglês) | Sobre o pastor Yousef Nadarkhani
http://migre.me/emJem |
| BCLJ/ACLJ no Brasil
http://migre.me/emM80 | Lei anti-gays em Uganda
http://migre.me/emKB8 |